



PORTAL TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DO CABULA: PRÁTICAS NORTEADORAS

Bruno Oliveira dos Santos
Universidade Federal da Bahia
brunoadv.72@gmail.com

Francisca de Paula Santos da Silva
Universidade do Estado da Bahia
fcapaula@gmail.com

Alfredo Eurico Rodrigues Matta
Universidade do Estado da Bahia
alfredomatta@gmail.com

RESUMO

O objetivo do presente artigo é demonstrar que as tecnologias da informação poderão ser utilizadas como instrumentos hábeis para a organização e visibilidade do turismo de base comunitária na localidade do Cabula, situada na cidade de Salvador/BA. No caso específico do presente trabalho, o recorte circunscreve-se ao Portal Turismo de Base Comunitária do Cabula, um *site* desenvolvido para a mobilização das práticas sociais dos sujeitos que habitam as comunidades da região, na perspectiva de fomentar a cadeia socioprodutiva do turismo de base comunitária local, orientado sob os paradigmas da autogestão e da economia colaborativa. A metodologia utilizada na construção da arquitetura da ferramenta é a Design Based-Research (DBR), a qual legitima a difusão das práticas e saberes populares das comunidades envolvidas.

Palavras Chave: Turismo de base Comunitária. Economia solidária e colaborativa. Portal. Práticas sociais. Mobilização.

1. INTRODUÇÃO.

Inicialmente, será realizada uma caracterização geral do Cabula, com vistas à compreensão das tensões sociais e econômicas que repercutem, atualmente, nas comunidades locais. Posteriormente, serão destacadas as práticas norteadoras que conduzem o portal, com vistas à efetivação da proposta para a qual foi concebido, considerando a análise do contexto histórico da realidade ora estudada, além dos pressupostos epistemológicos que embasam o manejo de tal ferramenta



Segundo a perspectiva do materialismo histórico de Karl Marx, os acontecimentos de ordem institucional, cultural, jurídica e religiosa (as superestruturas) são moldados por acontecimentos da ordem material, pelas atividades econômicas e pelos modos de produção (ou infraestruturas), sendo que as discrepâncias entre a infraestrutura e a superestrutura explicam as perturbações históricas.

Hodiernamente, a revolução tecnológica ensejada pelas tecnologias da informação modificaram substancialmente a base material do capitalismo, remodelando a esfera individual em seus diversos aspectos (CASTELLS, 2002).

Contudo, as tecnologias da informação, não devem ser compreendidas dissociadas do fator humano, ao passo que, dependendo da intencionalidade pela qual são manejadas, podem servir de ferramentas para a potencialização de práticas alternativas de produção e consumo.

Nesse sentido, a proposta do presente estudo é destacar as práticas norteadoras do Portal Turismo de Base Comunitária do Cabula. Para tanto, é que o levantamento do contexto histórico é de fundamental importância, considerando que este é o elemento que orienta a modelagem do referido *site*, o que será detalhado a seguir.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REALIDADE ESTUDADA: A LOCALIDADE DO CABULA.

O objetivo do presente item é a caracterização geral do Cabula, de modo a compreender os aspectos históricos e sociais que se manifestam no cotidiano das comunidades.

Situada na periferia urbana de Salvador, entre a BR- 324 e a Avenida Paralela, a área do Cabula e entorno, cuja história de ocupação urbana é marcada pela segregação socioespacial, possui um extenso território (FERNANDES, 1999).

Tal amplitude, inclusive, gera controvérsias quando se trata de sua delimitação. A referida área será compreendida no presente estudo, como uma localidade que engloba dezessete bairros vinculados, histórica e culturalmente, a saber: 1) Arenoso; 2) Arraial do Retiro; 3) Beiru-Tancredo Neves; 4) Cabula; 5) Doron; 6) Engomadeira; 7) Estrada das Barreiras; 8) Fazenda Grande do Retiro; 9)



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

Mata Escura; 10) Narandiba; 11) Novo Horizonte; 12) Resgate; 13) Saboeiro; 14) São Gonçalo; 15) Saramandaia; 16) Sussuarana e 17) Pernambués.

São comunidades populosas, que embora fragilizadas pelos problemas oriundos da ausência ou limitação de serviços públicos básicos, dispõem de um valioso acervo de práticas socioculturais, as quais exprimem histórias negadas e exteriorizam valores, subjetividades, conceitos de caráter religioso, político, cultural e social.

Outrora, entre os séculos XVI a XIX, tais comunidades foram assentamentos de comunidades indígenas (provavelmente Tupinambás) e quilombolas, sobretudo de origem Congo e Angola (MARTINS, 2018). A origem do nome “Cabula” decorre de um ritmo que os povos afrodescendentes da região tocavam e dançavam, o kabula, ritmo quicongo religioso (SOUZA, 2018a).

Em relação ao aspecto cultural, na década de 1790, havia, ali, terreiros e sacerdotes quicongos famosos do candomblé, mais conhecidos como "zeladores de nkisi" (força mágica, divindade)". Posteriormente, vieram os nagôs que, aos poucos, foram se alojando (SOUZA, 2018b).

Assim, por se tratar de uma região povoada predominantemente por povos quilombolas é verificada a presença de inúmeros terreiros em suas diversas comunidades, sobretudo porque a própria geografia da região possibilitou a criação de vários destes, pela presença de rios, pântanos e vegetação de Mata Atlântica.

O terreiro mais antigo do local, o Ilê Axé Opô Afonjá, foi fundado em 1910 (SOUZA, 2018c) por Obá Biyi (Eugênia Ana dos Santos, Mãe Aninha), atualmente administrado pela sacerdotisa Mãe Estela de Oxóssi. Destaca-se também, que está localizado na região, um dos maiores terreiros de umbanda da cidade, religião que conflui elementos do espiritismo, religiões indígenas e de matriz africana, qual seja, terreiro Casa de Lua Cheia, o qual realiza, não somente trabalhos espirituais na linha da Umbanda, mas possui um compromisso social com a comunidade, presente na oferta de cursos profissionalizantes, realizados em parceria com projetos, órgãos e instituições governamentais.

Outro recorte histórico que é importante destacar é o período compreendido entre os séculos XIX e XX (até a década de 1940), cujo vetor econômico predominante no Estado da Bahia e na cidade de Salvador foi a economia agroexportadora. Posto isso, a região do Cabula caracterizou-se pela forte



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

presença de chácaras produtoras de laranjas. Todavia, uma praga que destruiu os laranjais entre 1940 e início de 1950, conjuntamente com a mudança do vetor econômico do Estado e da cidade à época, foram os fatores determinantes para a mudança da configuração espacial, econômica e social da região.

Gilberto Corso Pereira e Inaiá Maria Moreira de Carvalho (2008) fazem uma breve retrospectiva histórica da forma de apropriação do espaço em Salvador durante o período compreendido entre a década de 1940 e 1950, o qual, segundo os autores, a cidade experimentou um crescimento demográfico ocasionado, sobretudo, pelas migrações do campo para a cidade em virtude do declínio da economia agroexportadora, sendo que, nesse período, a estrutura espacial da cidade já se modificava em função de vários fatores, como a reestruturação do centro da cidade, cuja característica eminentemente residencial foi substituída, ao passo que, a população de alta renda até os anos quarenta que ali se concentrara, passou a ocupar outros espaços, sendo que a população de baixa renda ocupou as velhas edificações e fez crescer a demanda por novas áreas residenciais, forçando a expansão na periferia urbana.

Foi justamente nesse período de crescimento demográfico da cidade, que foi criado o Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), cuja principal cabeça pensante foi o urbanista Mário Leal Ferreira, responsável à época pela elaboração do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador.

O referido plano foi orientado no sentido de conferir maior ênfase da esfera pública na condução dos destinos da coletividade. Exemplo disso é o projeto de loteamento que foi implantado à época na cidade, pelo qual o urbanista Mário Leal Ferreira defendia, vigorosamente, o papel do poder público como ente que deve definir os destinos da cidade e dirigir o seu desenvolvimento, além de defender a necessidade de impor ao proprietário das terras ora loteadas, dois tipos de compensação em favor da municipalidade, quais sejam, a doação de áreas para logradouros e instalações de necessidade ou utilidade pública, bem como o pagamento de taxa de melhoria, na hipótese de valorização fundiária do terreno, decorrente de melhoramentos realizados pela prefeitura (FERNANDES, 1999, p. 8).

Tais medidas, demonstram que as políticas de planejamento urbano da cidade à época foram engendradas numa concepção centralizadora, autoritária e, sobretudo, segregacionista, reforçando o padrão periférico de urbanização



(SANTOS, 2017). Assim, a expansão horizontal da cidade, conjuntamente com as pragas que atingiram os laranjais, foram fundamentais para a transformação do uso do solo no Cabula, de modo que as antigas chácaras foram sendo vendidas ou parceladas. Na década de 1970, esse padrão de urbanização avança sobre as extensas áreas verdes do bairro, ligadas por vários caminhos denominados de "estradas do Cabula", os quais permanecem ainda hoje: Ladeira do Cabula, dentre outras.

Nessa perspectiva, a lógica de urbanização gestada à época, modificou gradativamente a região do Cabula, sofrendo esta os efeitos do fenômeno da "territorialização" da pobreza, o qual decorre da obediência à lógica imobiliária capitalista, a qual direciona os pobres para as áreas periféricas e menos valorizadas, fortalecendo padrão periférico de urbanização, compreendido como um tipo de apropriação do espaço urbano que atende aos interesses da classe dominante, sendo tais territórios marginalizados e esquecidos na elaboração e implementação de políticas de planejamento do Estado, redundando em espaços de urbanização precária e, por conseguinte, redutos de segregação e violência (SOARES, 2007), os quais se reproduzem até os dias atuais, tendo em vista que é comum verificar na mídia impressa, digital e televisiva, notícias que associam os bairros e comunidades do Cabula a casos de chacinas, extermínios, violência e tráfico de drogas.

Outrossim, outro ponto que merece destaque é que, atualmente, a região do Cabula passa por processos nítidos de "gentrificação", que corresponde a uma "filtragem social", ou seja, de recomposição social, no sentido de substituição de uma classe social ocupante de um determinado espaço da cidade, em virtude de tal espaço suscitar interesses do capital imobiliário (MENDES, 2011, p. 492).

Tal prática é engendrada, sobretudo, por um processo sistemático desvalorização da região, de modo a baratear o preço dos terrenos para atender aos interesses da especulação imobiliária, que auferir lucros altíssimos na construção, financiamento e venda de empreendimentos de alto padrão e de condomínios de luxo. Assim, constata-se que não é por acaso a divulgação massiva pela mídia de notícias negativas que denigrem a imagem das comunidades. Nesse sentido, constata-se, nos últimos anos, uma invasão agressiva de empreendimentos imobiliários destinados à classe média e média alta, em áreas remanescentes de comunidades quilombolas.



Todavia, apesar dessa forte investida, ainda se verificam ações pontuais de resistência das comunidades articuladas com setores ligados a organizações não governamentais, universidades e sociedade civil organizada, dentre as quais destaca-se o projeto turismo de base comunitária da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que, dentre as várias iniciativas, destaca-se o Portal Turismo de Base Comunitária do Cabula¹, cujas práticas norteadoras serão explicitadas a seguir.

Encerradas as considerações sobre o contexto e a caracterização da região, os itens a seguir objetivam estabelecer uma síntese interdisciplinar de conceitos contextualizados com a realidade ora exposta.

3. CULTURA, ECONOMIA SOLIDÁRIA, ECONOMIA COLABORATIVA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.

Em sua acepção clássica, entende-se por cultura, tudo aquilo que é produzido materialmente pelo homem, modificando a natureza através da técnica, sendo esta a mediadora entre o trabalho do homem e a natureza. Numa outra vertente, é entendida como tudo aquilo que uma determinada comunidade valora, atribuindo-lhe significado, à luz de um paradigma próprio.

Postas essas premissas, a cultura, não somente pode ser entendida como um elemento diferenciador da identidade de um povo (HALL, 2006); mas, também, como elemento de resistência e emancipação deste. Segundo o pensamento de Franz Boas (2004), a cultura independe de traços biológicos e físicos, propondo o autor uma análise em sua múltipla diversidade, e não como um objeto único circunscrito a um padrão único de racionalidade, rejeitando-se assim, análises generalistas e etnocêntricas, que tentam hierarquizar e sobrepor uma cultura em relação a outra.

Na concepção funcionalista de Malinowski (1978), a cultura é considerada como um dos elementos utilizados pela coletividade para a satisfação de suas necessidades. Para Lévi-Strauss (1989), a cultura é muito mais que uma função social. Pelo contrário, é um dos estruturantes sociais básicos, que organiza, conecta,

¹ O portal está localizado no sítio da web <http://www.tbccabula.com.br/>



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

distribui, relaciona e sustenta diversas instâncias de uma sociedade, estabelecendo-se múltiplas relações entre os elementos, os grupos e as instituições.

Todavia, Milton Santos (2002) avança na compreensão, ao entender que a cultura é o elemento que nos dá a consciência de pertencer a um grupo que habita num determinado território. Assim, a cultura seria o cimento que liga o povo ao território, sendo que o cimento regional é obtido tanto pela solidariedade orgânica, quanto pela divisão do trabalho que são praticadas na área, como também, através da solidariedade funcional regulada, observável na produção social, no provimento de bens e serviços sociais e na circulação social de tais bens e serviços.

Reforçando tal perspectiva, Geertz (2003) afirma que a cultura é a “estrutura que guia a ação humana”, considerando que esta interioriza e exterioriza experiências que autoafirmam e auto-orientam a vida de cada indivíduo nos contextos em que estão imersos, além de argumentar que o homem é um ser incompleto e dependente da cultura para se completar, a qual define a sua “capacidade de aprender”, bem como a necessidade de “aprender para se comportar e se reconhecer como um ser humano”.

Ocorre que, o modo de produção capitalista, face à necessidade de expandir-se para aquecer a economia mundial, prolifera padrões de cultura homogeneizantes que objetivam impor a lógica de pensar e agir das culturas dos países que regem o capitalismo global, de modo a invisibilizar as culturas locais, na perspectiva de segmentação de mercado consumidor em diversas esferas sociais, criando-se, segundo Lanni (1995), um “processo civilizatório universal, o qual compreende relações, processos e estruturas regionais, nacionais e mundiais, envolvendo indivíduos e coletivos, grupos e classes sociais, etnias e minorias, nações e continentes”.

Todavia, concomitante e em contraposição ao paradigma do modo de produção capitalista, surgem, em diversas partes do mundo, formas alternativas de produção e distribuição de riqueza e, por conseguinte, uma diversidade de grupos sociais com diferentes formas de reprodução social, dentre as quais destaca-se a economia solidária.



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

Por economia solidária, entende-se o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas sob a forma de autogestão, ou seja, compreende uma variedade de práticas econômicas e sociais, que podem ser organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, dentre outras, as quais realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (SINGER, 2018).

Em outras palavras, trata-se de uma forma de organização da produção, consumo e distribuição de riqueza, centrada, sobretudo, na valorização do ser humano, caracterizada pela igualdade, a qual preconiza o entendimento do trabalho como um meio de emancipação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando-se uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações de trabalho capitalistas (SANTOS, 2002).

Dentre as modalidades de economia solidária ora citadas, distingue-se o turismo de base comunitária, que são iniciativas e atividades protagonizadas pelas comunidades locais que, se ordenadas e bem estruturadas, representam importantes experiências turísticas, agregando valor aos roteiros, os quais geram emprego e renda para a região.

Trata-se de uma modalidade de turismo desenvolvida pela própria comunidade, em que a população local, de forma associativa e solidária, possui o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo, onde cada membro e morador tem o poder de colaborar e definir os rumos do turismo local, possibilitando o desenvolvimento de uma atividade mais justa, equilibrada e sustentável, o que nas palavras de Francisca de Paula Santos da Silva (2000) é uma forma de planejamento, organização, autogestão e controle participativo, colaborativo, cooperativo e solidário da atividade turística por parte das comunidades, que deverão estar articuladas e em diálogo com os setores público e privado, do terceiro setor e outros elos da cadeia produtiva do turismo, primando pelo benefício social, cultural, ambiental, econômico e político das próprias comunidades.



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

O Ministério do Turismo – MTur (BRASIL, 2008) refere-se ao turismo de base comunitária, ainda que como sinônimo de comunitário, solidário e de conservação, ao afirmar que este:

[...] busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, 2008, p.1).

Para Irving (2009, p.113), o turismo de base comunitária se apresenta como:

[...] proposta de desenvolvimento local, capaz de contribuir para a consolidação ética [...] das dimensões da existência humana em sociedade: do trabalho, social, política, cultural e humana [...] e da própria expressão da dimensão simbólica da vida em sociedade.

Portanto, essa é uma forma de turismo em que comunidades locais assumem o comando do desenvolvimento deste em seus territórios, pressupondo que a comunidade é protagonista de todo o processo de organização e gerenciamento na localidade, significando que a gestão do turismo é de base comunitária, na qual emergem roteiros turísticos e serviços criados pelos sujeitos sociais a partir do legado cultural, das habilidades e de saberes populares, ao mesmo tempo em que tais sujeitos são os negociadores e anfitriões, sem intermediários.

Nessa senda, conforme dito, a cultura das comunidades não somente pode ser entendida como a estruturante dessa forma de turismo, mas como elemento que funcionaliza, solidariza e engaja os sujeitos para os fins a que se propõe, além de servir de vetor que orienta a práxis social.

Sendo assim, as comunidades se apoderam e empoderam do turismo e usufruem integralmente de suas benesses, diferenciando-se do turismo convencional. Posto isso, Silva (2016), num quadro sinótico bastante didático, traça as principais diferenças entre o turismo de base comunitária e o turismo convencional:



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

Quadro: Diferenças entre o Turismo de Base Comunitária e o Turismo Convencional

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	TURISMO CONVENCIONAL
Baseado no compartilhamento dos ganhos entre sujeitos da comunidade.	Baseado no lucro dos empresários.
Capital social, relação de confiança e transparência.	Capital proveniente do mercado, relação de oferta e demanda.
A cultura e o meio ambiente como base fundante da organização do turismo.	A cultura e o meio ambiente como mercadoria, produto, atrativo, atração, descaracterizando-os.
Valorização da identidade local.	Uniformização de culturas.
Organização em rede, coletiva, cooperativa, participativa, solidária, compartilhada.	Organização setorial, individualizada, competitiva, empresarial, centralizada.
Tem como fim a troca de experiências, de saberes e artesanatos manufaturados.	Tem como fim o consumo, compra e venda de produtos industrializados ou não.
Singularizado, o humano, o ser.	Massificado, o consumidor, o ter
Princípio na economia solidária, no comércio justo.	Princípio no mercado, na competição
Autogestão.	Gestão departamentalizada, fragmentada.
Protagonismo das comunidades no processo de desenvolvimento do turismo.	Alijamento das comunidades no processo de desenvolvimento do turismo.
Trabalho.	Emprego, expropriação e precarização do trabalho, exploração de mão de obra.

Fonte: DA SILVA, Francisca de Paula Santos; MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues; DE SÁ, Natália Silva Coimbra. Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, 2016.

Percebe-se, então, pelas premissas expostas no quadro sinótico supracitado, que o turismo de base comunitária busca o desenvolvimento humano na escala plena, o qual se concentra e se sustenta na satisfação de necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes de autodependência e na articulação orgânica dos seres humanos com a natureza, a tecnologia e na interação dos diferentes processos culturais que emergem da coletividade (MAX-NEEF, 1994), em detrimento do padrão de acumulação capitalista, o qual estrutura o turismo convencional, invisibilizando e transformando os sujeitos em meras engrenagens de uma lógica produtiva expropriatória de suas riquezas e de suas respectivas forças de trabalho.

Realizadas todas essas considerações teóricas sobre materialismo histórico, cultura, economia solidária e turismo de base comunitária, passaremos a



entender o que vem a ser, finalmente, o Portal Turismo de Base Comunitária do Cabula.

É notório e sabido, que as tecnologias da informação modificaram substancialmente a base material do capitalismo, ou seja, a sua infraestrutura, interferindo tanto na esfera individual quanto na coletiva em seus diversos aspectos (CASTELLS, 2000). Todavia, não se pode enxergar as tecnologias da informação por um viés meramente maniqueísta, de modo que estas poderão ser “boas” ou “ruins”, a depender da intencionalidade humana. Nessa diretriz, sob a perspectiva do materialismo histórico, o suporte da técnica é o fator humano, tendo em vista que a técnica, em sua acepção clássica, é o elemento mediador entre o trabalho do homem e a natureza, sendo a pluralidade de técnicas denominada de “tecnologia” (PEDRÃO, 2002).

Sendo assim, o Portal Turismo de Base Comunitária do Cabula é uma solução tecnológica que tem por objetivo potencializar, mediar e aperfeiçoar modelos de gestão de turismo de base comunitária, no sentido de mobilizar as habilidades e competências dos sujeitos envolvidos para tal propósito, considerando a ambiência e a cultura em que estão imersos. Trata-se de uma ferramenta de difusão e mediação da cultura das comunidades locais, legitimando os saberes populares destas, com vistas ao engajamento e mobilização dos atores locais para o fomento e desenvolvimento do turismo de base comunitária das dezessete comunidades da localidade do Cabula.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do portal foi a Design-Based Research, também conhecida como DBR. A referida metodologia reúne as vantagens das metodologias qualitativas e quantitativas, focalizando no desenvolvimento de aplicações que possam ser realizadas e de fato integradas às práticas sociais e comunitárias, considerando sempre sua diversidade e propriedades específicas, como também, aquilo que puder ser generalizado, e assim facilitar a resolução de diversos problemas. Trata-se de uma metodologia que visa o desenvolvimento de soluções que demandem práticas colaborativas entre os sujeitos envolvidos, bem como a resolução de problemas complexos ou não, por meio de soluções práticas, tendo como aliadas as tecnologias da informação, à



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

medida que constituem um suporte importantíssimo para a mediação do processo colaborativo (MATTA, 2006).

Nessa diretriz, o Portal Turismo de Base Comunitária do Cabula foi gestado para ser um canal de comunicação a ser apropriado pelas comunidades, via metodologia DBR, com vistas à difusão de suas produções materiais, de autorias diversas nos campos da arte e da cultural local, divulgação de eventos e manifestações culturais, de roteiros turísticos existentes nos bairros, dentre outras funcionalidades, fomentando-se, portanto, o turismo de base comunitária na localidade do Cabula. Vale ressaltar, que esta é uma das iniciativas pioneiras e inovadoras desenvolvidas pelo grupo de pesquisa “Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB”.

O Portal Turismo de Base Comunitária do Cabula se coaduna com a lógica da economia solidária e colaborativa, tendo em vista que compreende setores e processos que têm como principais insumos a criatividade e, em especial, a cultura, para gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços com valor simbólico e econômico.

O diferencial do Portal Turismo de Base Comunitária do Cabula é que este decorreu de iniciativas endógenas construídas a partir das próprias comunidades em articulação com a UNEB, contrapondo-se à omissão do poder público. Sendo assim, as práticas norteadoras do Portal Turismo de Base Comunitária do Cabula, à luz dos conceitos ora estudados, podem ser sistematizadas nas seguintes premissas:

- 1) Divulgação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico das comunidades;
- 2) Produção e comercialização de produtos produzidos pela comunidade, a exemplo de artesanatos e outros artefatos;
- 3) Divulgação de serviços de hospedagem e alimentação;
- 4) Difusão das produções artísticas, culturais e científicas das comunidades;

A difusão dessas atividades através do portal possibilita a movimentação da cadeia produtiva do turismo de base comunitária, ao passo que, a divulgação do patrimônio histórico e cultural das comunidades, por via oblíqua, ensejará o aumento



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

de visitas aos parques, paisagens naturais e terreiros existentes na região, aumentando o consumo e circulação de renda em tais localidades.

A divulgação da produção e comercialização de produtos artesanais e outros artefatos produzidos nos estabelecimentos comerciais existentes nas comunidades produzirá o mesmo efeito, agregando diversos outros sujeitos à cadeia produtiva local, tanto na fabricação dos artesanatos e artefatos, quanto na comercialização e distribuição destes.

A divulgação de serviços de hospedagem e alimentação, bem como a difusão das produções artísticas e culturais das comunidades, além de possibilitar a divulgação de talentos, aumentará o número de visitas e, por conseguinte, o aumento de consumo e circulação de renda nas localidades, possibilitando não somente a divulgação da diversidade cultural da região, como também, o incremento de renda e fomento da cadeia produtiva e desenvolvimento local sustentável.

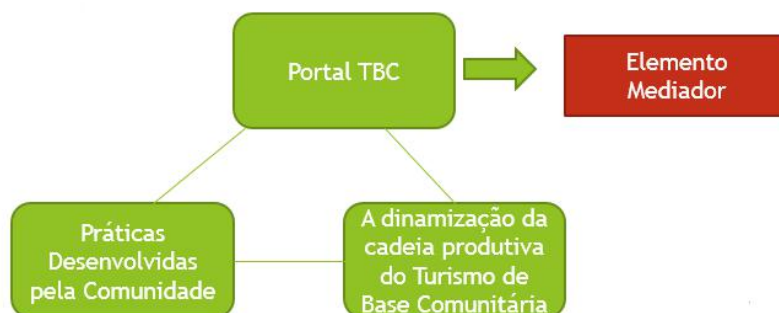
O diferencial da referida ferramenta tecnológica, é que esta foi pensada na perspectiva epistemológica da “praxiologia”, que consiste nas formas de intermediação que se estabelecem na sociedade entre os homens e das formas de suas relações, o que em outras palavras, significa dizer que os objetos do mundo exterior se encontram em correlação, agindo uns sobre os outros e, em decorrência, a convicção de que eles podem transformar-se, que é uma das condições necessárias para a organização consciente e o desenvolvimento ulterior da produção (GRAMSCI, 1972).

Assim, a praxiologia parte da concepção da mobilização, conscientização e emancipação dos sujeitos no manejo dos diversos saberes construídos historicamente e coletivamente, que passam a construir categorias de desenvolvimento de um conhecimento social, categorias estas que têm como substrato a cultura característica de determinada coletividade, que podem ser mediadas pelas tecnologias da informação na perspectiva do materialismo histórico, à medida em que Gramsci (1972, p.24) define o homem como “espírito, isto é, criação histórica e não natural”, procurando, com isso, afirmar as possibilidades do homem como sujeito de sua história.



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

Nessa diretriz, em linhas gerais, o processo de mediação do Portal Turismo de Base Comunitária do Cabula, sob a perspectiva praxiológica, é sistematizado da seguinte forma:



Considerando a ilustração acima, sob a perspectiva socioconstrutivista de Vygotsky, a ferramenta do portal propõe possibilitar a construção de processos de mediação entre os diversos ramos da cadeia do turismo de base comunitária, através de interações entre o sujeito singular e seu ambiente ou contexto social, em diálogo e prática permanente voltado para a solução de problemas práticos (MATTA, 2006).

Assim, é possível afirmar, que o Portal Turismo de Base Comunitária do Cabula pode ser considerado como uma alternativa de combate ao “ciclo vicioso da pobreza”, o qual, segundo a teoria de Myrdal (1957), é explicado da seguinte maneira: menos renda circulando, implica em menos produção, que implica em menos consumo, que implica em menos geração de empregos, que implica em menos salários e, por conseguinte, pobreza.

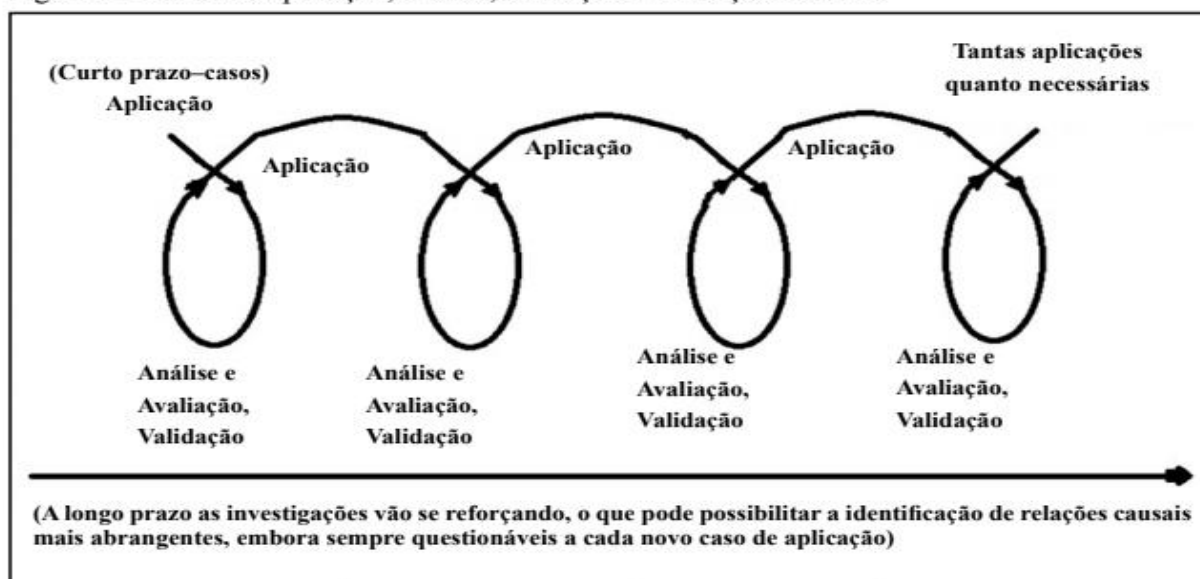
No caminho inverso, se há fomento à circulação de renda, haverá aumento de produção, aumento de consumo e, por conseguinte, aumento de empregos e salários, o que cessaria o círculo vicioso da pobreza.

Posto isso, a difusão do turismo de base comunitária através da ferramenta do portal, é uma alternativa viável de incremento de renda e engajamento dos sujeitos das comunidades na cadeia produtiva local, experiência essa que poderá ser replicada em outras realidades, a qual segue as diretrizes do turismo de base comunitária na perspectiva da autogestão, sem intermediários e sem exploração por terceiros do trabalho dos sujeitos das comunidades.



Ressalte-se ainda, que a metodologia utilizada para a construção da arquitetura da ferramenta tecnológica, a DBR, possibilita, ao mesmo tempo, além de seu aperfeiçoamento contínuo, o fomento da cadeia produtiva do turismo de base comunitária, ao passo que, é aplicada mediante ciclos, ou seja, as práticas norteadoras ora citadas, são continuamente pensadas, discutidas, validadas e aperfeiçoadas com as comunidades, conforme ilustrado e sistematizado na figura a seguir:

Figura 1 – Ciclos de aplicação, análise, avaliação e validação da DBR



Fonte: Figura elaborada pelos Autores: Alfredo Matta, Francisca de Paula Santos da Silva e Edivaldo Machado Boaventura

4. CONCLUSÃO.

Ante o exposto, conclui-se, que apesar da invisibilidade da localidade do Cabula perante o poder público, esta ainda resiste com a sua cultura, em que pesem as agressivas investidas da especulação imobiliária e dos processos desumanos de gentrificação.

Nessa perspectiva, o antigo quilombo do Cabula obtém da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) um suporte importante para a organização dessa resistência, à medida que o projeto de turismo de base comunitária foi concebido e engendrado por tal instituição, constituindo-se o Portal Turismo de Base Comunitária do Cabula como um dos principais instrumentos de mobilização das comunidades envolvidas, na perspectiva da difusão, organização e visibilidade do



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

turismo de base local, tendo em vista que os conteúdos difundidos são legitimados pelas comunidades através da metodologia DBR, fomentando-se, por via oblíqua, a dinamização da cadeia socioprodutiva local.

Por enquanto, o Portal Turismo de Base Comunitária do Cabula ainda se encontra em fase embrionária, cujos reflexos das ações somente poderão ser observados a médio ou longo prazo. Todavia, toda e qualquer forma de mobilização em prol da dignidade do ser humano, em suas múltiplas dimensões, é sempre válida.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Edivaldo. **Exercícios de Metodologia**. Salvador: Quarteto, 2017.

BOAS, Franz. **Antropolog' a cultural**. Zahar, 2004.

CASTELLS, Manuel; MAJER, Roneide Venâncio; GERHARDT, Klauss Brandini. **A sociedade em rede**. Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

DA SILVA LEME, Maria Cristina; FERNANDES, Ana. **Urbanismo no Brasil, 1895-1965**. Fupam, 1999.

DE BARROS LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, 2006.

DE CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; PEREIRA, Gilberto Corso. **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. SciELO-EDUFBA, 2008.

GRAMSCI, Antonio; TURA, Jordi Solé. **Introducción a la filosofía de la praxis**. Península, 1972.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar editores, 1978.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. **BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Ed. Letra e Imagem, p. 108-121, 2009

LANNI, Octavio. **A era do globalismo**. México: Siglo, 1999, vol. 21, p. 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Pensamento Selvagem (o)**. Papyrus Editora, 1989.



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. Tecnologias de aprendizagem em rede e ensino de História—utilizando comunidades de aprendizagem e hipercomposição. **Brasília: Líber Livro Editora**, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do pacífico ocidental. **São Paulo: Abril Cultural**, v. 2, 1978.

MARTINS, Luciana Conceição de Almeida. **História pública do Quilombo do Cabula: representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária**. 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

MAX-NEEF, Manfred A.; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martín. **Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones**. Icaria Editorial, 1994

MENDES, Luís. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. **Cadernos Metrópole**, v. 13, n. 26, 2011.

MYRDAL, Gunnar; SITOANG, Paul. Economic theory and under-developed regions. 1957.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. **A economia urbana**. Editus, 2002

ROHDEN, Simoni Fernanda et al. Consumo colaborativo: economia, modismo ou revolução?. **Desenvolve: revista de gestão do Unilasalle. Canoas, RS. Vol. 4, n. 2 (jul. 2015), p. 9-24**, 2015.

SANTOS, Bruno Oliveira dos. **A utilização da desapropriação para fins urbanísticos em imóveis abandonados: um estudo de caso em Salvador/Ba**. 2017. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Desenvolvimento Regional e Urbano – Unifacs Universidade Salvador. Salvador, 2017.

_____; BOAVENTURA, Edivaldo Machado; REIS, Renato Barbosa. **Alternativas legais para a apropriação de imóveis abandonados: um estudo de caso no município de Salvador-BA**. Revista de Direito da Cidade, v. 10, n. 1, p. 95-132, 2018.

_____. IMÓVEIS ABANDONADOS E A FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE. ALTERNATIVAS JURÍDICAS PARA A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA E O EXEMPLO DA CIDADE DE SALVADOR/BA. In: José Manuel Almudí Cid; Ignacio García Vitoria. (Org.). **Direito e Justiça**. 8. ed. Curitiba: Editora Juruá Internacional, 2018, p. 49-66.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SILVA, Francisca de Paula Santos da. Turismo em rede: uma teia de múltiplas relações. **Salvador: Faculdade de Turismo da Bahia**, 2000.



IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES

_____; MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues; DE SÁ, Natália Silva Coimbra. Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, 2016.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. Edusp, 2018.

SOARES, Antonio Mateus de C. “TERRITORIALIZAÇÃO” E POBREZA EM SALVADOR–BA. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 4, n. 2, p. 17-30, 2007.

SOUZA, Ivana Carolina Alves da Silva. **Design cognitivo colaborativo para ambientes virtuais**: o caso do Portal Turismo de Base Comunitária do Cabula Cabula. 2018.